



SEMINÁRIO
EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA:
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA
7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO
Evento híbrido | Gratuito

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TACARATU/PE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS INCLUSIVAS

ELIZABETH ALÉXA OLIVEIRA SILVA¹

GT indicado: Diversidades, Interculturalidade e Justiça Social

Área temática: Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão social

RESUMO:

A acessibilidade nas escolas públicas constitui um dos principais pilares para a aplicabilidade, efetivação e execução do direito à educação inclusiva, sendo indissociável aos princípios dos direitos humanos e da justiça social. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente as condições de acessibilidade e inclusão nas escolas públicas do município de Tacaratu/PE, articulando dados empíricos, fundamentos teóricos da educação inclusiva e diretrizes normativas presentes no Plano Municipal de Educação (2015–2025). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada na análise documental do artigo base e de documentos oficiais, bem como na revisão bibliográfica sobre inclusão e políticas educacionais. Os resultados evidenciam uma contradição entre o arcabouço legal que assegura o direito à educação inclusiva e a realidade das escolas, marcada por limitações estruturais, ausência de recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias digitais e assistivas, além de insuficiência na formação docente. Observa-se que a acessibilidade ainda é tratada predominantemente sob uma perspectiva física, desconsiderando dimensões pedagógicas e atitudinais

¹ Elizabeth Aléxa Oliveira Silva. Mestre em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do grupo de pesquisa Interseccional no Instituto Federal do Sertão Pernambucano e Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Centro Universitário UniÚnica. E-mail: eliza.alexa99@hotmail.com.

fundamentais para a inclusão. Ademais, as metas previstas no Plano Municipal de Educação apresentam fragilidades quanto à sua implementação e monitoramento, revelando entraves relacionados à gestão pública e à insuficiência de investimentos. A análise aponta que a efetivação da acessibilidade exige uma abordagem integrada, que contemple infraestrutura, práticas pedagógicas e políticas públicas comprometidas com a equidade, inclusão e acessibilidade. Conclui-se que a superação dessas limitações demanda uma atuação articulada entre Estado, escola, família e sociedade, visando a construção, formação e o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva, significativa, transformadora e emancipatória.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação inclusiva. Políticas educacionais. Direitos humanos. Tacaratu.

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito social fundamental, pressupõe não apenas o acesso à escola, mas a garantia de condições efetivas de oferta, permanência, êxito e aprendizagem para todos os sujeitos.

Nesse contexto, a acessibilidade emerge como um elemento estruturante da educação inclusiva, sobretudo no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, bem como, as necessidades educacionais nas redes públicas de ensino.

No município de Tacaratu/PE, a análise das condições educacionais revela um cenário marcado por ausência de implementação e monitoramento devido a contextos históricos e limitações estruturais que impactam diretamente a efetivação desse direito.

A partir dos dados analisados do Plano Municipal e do Censo Escolar no aspecto de infraestrutura escolar das escolas de educação básica. Observa-se que a acessibilidade nas escolas públicas ainda se apresenta de forma ineficiente, evidenciando a distância entre os marcos legais, as políticas públicas e os projetos educacionais à realidade concreta das instituições escolares.

Dessa forma, este estudo busca problematizar a acessibilidade nas escolas públicas de Tacaratu, considerando suas múltiplas dimensões — física, pedagógica e atitudinal — e articulando essa análise às diretrizes do Plano Municipal de Educação (2015–2025).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre acessibilidade na educação está intrinsecamente vinculada à perspectiva dos direitos humanos, que reconhece a educação como um direito universal, indivisível e inalienável. A educação inclusiva, nesse sentido, propõe a superação de práticas excludentes historicamente consolidadas no sistema educacional.

Evidencia-se que a acessibilidade não pode ser compreendida de forma restrita à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas deve abranger também dimensões pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

Essa concepção ampliada implica reconhecer que a inclusão exige transformações profundas nas práticas escolares, incluindo a reorganização curricular, a utilização de recursos e materiais didáticos acessíveis e a formação continuada dos professores. Assim como, os paradigmas interdisciplinar, transversal, multidisciplinar, intercultural e inclusivo.

Além disso, o Plano Municipal de Educação de Tacaratu reafirma o compromisso com a universalização do atendimento educacional especializado, alinhando-se às diretrizes nacionais de educação inclusiva. Contudo, conforme aponta o estudo, a efetivação dessas políticas públicas esbarra em limitações estruturais e na ausência de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação.

3. METODOLOGIA / DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender as condições de acessibilidade nas escolas públicas de Tacaratu a partir de uma perspectiva crítica, reflexiva e democrática.

Os procedimentos metodológicos incluíram a análise dos documentos que apresentam reflexões e dados sobre a realidade educacional local, bem como, o contexto educacional fornecido pelo Plano Municipal de Educação (2015–2025) e os dados socioeducacionais do município.

A revisão bibliográfica permitiu a articulação entre os dados empíricos e os referenciais teóricos da educação inclusiva e das políticas educacionais. A análise concentrou-se na identificação das principais barreiras à acessibilidade, como também na avaliação das políticas públicas voltadas à inclusão educacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Tacaratu, estado de Pernambuco, fica às margens do Rio São Francisco, no Sertão Pernambucano. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2025), compreende uma população de 23.902 pessoas, numa área da unidade territorial de 1.264,532 km². Nessa unidade territorial consiste população quilombola com 340 pessoas e população indígena com 8.241 pessoas.

No município concentra 32 escolas públicas e 2 privadas incluindo as da zona rural e urbana, comunidades indígenas, quilombolas e do campo. As matrículas por etapa dividem-se nas creches, pré-escola, ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e educação especial (Censo Escolar, 2025).

Abaixo segue as informações sobre as escolas com acessibilidade e sala de atendimento especial, pela quantidade de escolas que obtêm infraestrutura adequada, comprovando a desproporção e desigualdade educacional nas instituições de ensino, no tratamento proporcional, a dignidade da pessoa humana, equidade e inclusão.

Escolas com acessibilidade - 12 escolas públicas e 2 escolas privadas	
Dependências com acessibilidade	24 escolas e 2 escolas privadas
Sanitário com acessibilidade	12 escolas e 2 escolas privadas
Sala de atendimento especial	7 escolas e 2 escolas privadas

Fonte: Censo Escolar, 2025

Os resultados evidenciam uma significativa discrepância entre o discurso legal e a realidade das escolas públicas de Tacaratu. Embora o direito à educação inclusiva esteja formalmente garantido, sua concretização ainda enfrenta inúmeros desafios.

Destaca-se que muitas escolas não dispõem de infraestrutura adequada, como rampas de acesso, banheiros adaptados, sinalização inclusiva e sala de atendimento especial, o que compromete a mobilidade, inclusão, acessibilidade e a autonomia dos estudantes com necessidades educacionais.

Além disso, observa-se a ausência de investimentos e recursos pedagógicos acessíveis e a insuficiência na formação continuada docente direcionada com os processos de diversidade e diferença em sala de aula.

Outro aspecto relevante refere-se à limitação na implementação das metas do Plano Municipal de Educação. Embora o documento apresente diretrizes importantes para a inclusão, sua execução é prejudicada por fatores relacionados aos investimentos e a fragilidade na gestão das políticas públicas.

A discussão aponta que a acessibilidade deve ser compreendida como um processo contínuo e multidimensional, que exige não apenas adequações físicas, como também nas mudanças das concepções didáticas e pedagógicas e na práxis transformadora. Nesse sentido, a inclusão não pode ser reduzida a uma política compensatória, mas deve ser entendida como um princípio estruturante da educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite afirmar que a acessibilidade nas escolas públicas de Tacaratu ainda se encontra em um estágio inicial, marcado por avanços normativos, porém por limitações significativas na sua efetivação prática.

A superação desses desafios requer um compromisso efetivo do poder público com a implementação das políticas educacionais, incluindo investimentos em infraestrutura, formação docente, recursos tecnológicos digitais e produção de materiais pedagógicos acessíveis. Ademais, é fundamental fortalecer os mecanismos de acompanhamento, implementação, monitoramento e avaliação das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Conclui-se que a construção de uma educação inclusiva e acessível demanda uma transformação estrutural no sistema educacional, que reconheça a diversidade e a diferença como elementos e aspectos constitutivos do processo educativo, promovendo a equidade como princípio orientador das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

CENSO ESCOLAR 2025. **Tacaratu**. Censo, Inep 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2614808-tacaratu/censo-escolar>. Acesso em: 23 abr. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tacaratu** (PE): panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tacaratu/panorama>. Acesso em: 23 abr. 2026.

PME. **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Tacaratu - PE. 2015. PNE / MEC. Orientadora: Tarcísia Tiburcio/UNDIME. Disponível em: https://tacaratu.pe.transparenciamunicipal.online/uploads/5392/1/atos-oficiais/2015/plano-municipal-de-educacao/1691170366_educacao-20152025.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.